

Que impacto teve o regime militar sobre as universidades? Como atuaram no meio acadêmico aqueles que apoiaram o golpe de 1964? De que maneira os paradoxos da ditadura se manifestaram na definição de sua política universitária? Como operavam as Assessorias de Segurança e Informações no campus? Qual o efeito dos expurgos políticos na vida acadêmica? Vale falar em polarização entre resistência e colaboração no caso de professores e pesquisadores?

Munido de vastíssimo material de pesquisa – em grande parte inédito e inacessível até pouco tempo atrás –, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta enfrenta essas importantes questões, nem sempre confirmando aquilo que vigora no senso comum a respeito dos governos militares. Nas universidades, paradoxos e ambiguidades do regime militar se manifestaram plenamente, revelando a complexidade da experiência autoritária.

No cinquentenário do golpe de 1964, a Zahar publica um conjunto de livros que atualiza a reflexão sobre a ditadura militar no Brasil.

A ditadura que mudou o Brasil

50 anos do golpe de 1964

Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.)

Ditadura e democracia no Brasil

Do golpe de 1964 à Constituição de 1988

Daniel Aarão Reis

As universidades e o regime militar

Cultura política brasileira e modernização autoritária

Rodrigo Patto Sá Motta

R. Patto Sá Motta

AS UNIVERSIDADES E O REGIME MILITAR

Rodrigo Patto Sá Motta

AS UNIVERSIDADES E O REGIME MILITAR

50 ANOS
DEPOIS
1964



ISBN 978-85-378-1187-0
9 788537 811870

FAPEMIG

ZAHAR



ZAHAR

8. Epílogo: o desmonte do aparato autoritário nas universidades 325

1. A distensão e a resposta da comunidade universitária, 325 • 2. O fechamento das ASIs, caminho sinuoso, 333 • 3. A anistia e o retorno dos expurgados, 339 • 4. Ciclos grevistas e eleições para reitor, 345

Conclusão	351
Abreviaturas e siglas	357
Notas	363
Referências bibliográficas	411
Agradecimentos	429

INTRODUÇÃO

Este livro foi estruturado em torno de algumas indagações que implicam temas e enfoques pouco visitados pela historiografia. Qual o impacto do regime militar sobre as universidades e os profissionais da academia? Como atuaram os apoiadores do regime autoritário nos meios acadêmicos e qual a influência da direita nas universidades? No campo do ensino superior, como se combinaram e/ou se chocaram os impulsos modernizadores e autoritário-conservadores? De que maneira as ambiguidades e os paradoxos da ditadura brasileira se manifestaram na definição de sua política universitária? Que influência efetiva tiveram nesse processo os acordos firmados com a United States Agency for International Development (Usaid)? Como operou o sistema de informações criado nos campi universitários, a rede de Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), e qual o impacto dos expurgos políticos? No que toca às relações entre intelectuais e pesquisadores acadêmicos com o regime militar, tem valor o modelo que propõe uma polarização entre resistência e colaboração? De que modo se podem dimensionar adequadamente as linhas de ruptura e de continuidade entre o regime político instaurado em 1964 e as tradições preexistentes?

Como é comum nas pesquisas acadêmicas, algumas das respostas encontradas confirmaram as premissas iniciais; outras surpreenderam, ao apontar caminhos inesperados; ainda, em certos casos, as perguntas continuaram sem solução. Este livro é o resultado das reflexões e análises propiciadas por tais questionamentos, que, naturalmente, foram pautadas em dados, indícios e informações coletados ao longo da pesquisa. Ele não tem a pretensão de dizer a última palavra sobre o assunto, de atingir a verdade plena, mas certamente há o intuito de oferecer contribuição original ao conhecimento do regime militar brasileiro, colocando em foco uma de suas facetas mais significativas.

O propósito aqui é compreender as políticas universitárias da ditadura, que nos oferecem oportunidade de observar a atuação dos militares e seus aliados civis em área estratégica e de grande repercussão. Nas universidades, os paradoxos e as ambiguidades do regime militar se manifestaram plenamente, revelando a complexidade dessa experiência autoritária. De fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de maneira repressiva. Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu,

demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a “subversão estudantil”. Além disso, torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava mais “perigosos”. O anseio por uma “limpeza” ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. As Assessorias de Segurança e Informação foram criadas dentro dos campi e, juntamente com outros órgãos de informação (OIs), triaram contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágios no exterior.

Considerando o outro lado desse processo, os militares implantaram reformas de impacto duradouro no ensino superior que ainda dão forma ao nosso sistema universitário, embora mudanças visando à democratização tenham sido adotadas em anos recentes. Da estrutura departamental ao sistema de pós-graduação, passando pelos exames vestibulares, a base da estrutura universitária em vigor foi construída sob a ditadura; ou melhor, foi imposta à força, embora a essência desse desenho tenha sido elaborada por líderes docentes, e a pressão do movimento estudantil – ou o temor que ela despertava nos militares – tenha servido de contrapeso e evitado a aplicação de certas medidas pretendidas pelo Estado.

Entretanto, tal política não estava pronta quando da vitória do golpe, pois, assim como nas outras áreas do governo, os vencedores não tinham rumos claros sobre o que fazer após a conquista do poder, salvo a crença na necessidade de “limpar” o país – e o sistema político – de inimigos reais e imaginários. Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham uma frente heterogênea, representando tanto diferenças sociais quanto ideológicas, o que tornou impossível reunir uma coalizão tão ampla em torno de um programa afirmativo. Liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até alguns reformistas moderados receberam com alívio o golpe, pois haviam perdido a confiança no governo de João Goulart. O único consenso era negativo: tirar do poder um governo acusado de conduzir o país para o precipício.

Por isso, a política universitária que foi se desenhando ao longo do tempo, e cujas linhas mestras só se definiram plenamente no início dos anos 1970, resultou de choques entre grupos e opiniões divergentes, da pressão do movimento estudantil e, paradoxalmente, da apropriação de ideias gestadas no pré-1964, inclusive do próprio conceito de reforma universitária. Assim, a reforma afinal realizada pelo regime militar foi o efeito paradoxal de pressões contrárias, de liberais, conservadores, militares, religiosos, intelectuais (e professores universitários), a que se somaram os “conselhos” de assessores e diplomatas norteamericanos, tendo como cenário a rebeldia estudantil.

O golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas sobretudo anticomunista. Parte dos apoiadores do golpe era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias. Também à direita aceitava-se o argumento reformista de que as universidades precisavam de mudanças para superar certos arcaísmos. A unidade básica das faculdades eram os catedráticos, professores poderosos que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. Tal sistema era considerado responsável pela fraca produção de conhecimento e pela apatia dos professores situados nos níveis hierárquicos inferiores. Outro problema sensível era a escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade, um grupo em expansão, em virtude do aumento das taxas de urbanização e do crescimento demográfico nos anos 1950-60.

Nesse quadro, era forte a sensação de que as universidades precisavam ser transformadas, embora os projetos político-ideológicos em disputa divergissem sobre os rumos a adotar. De modo simplificado, esquerda e direita convergiam no diagnóstico de que era necessário modernizar e produzir mais conhecimento, porém, os primeiros desejavam também situar as universidades ao lado das causas socialistas. Esse era o tom dos debates sobre reforma universitária organizados, antes de 1964, por lideranças estudantis e pela União Nacional de Estudantes (UNE), que almejavam também mudar a estrutura de poder dentro das instituições de ensino. A demanda por reforma universitária foi incorporada às “reformas de base” anunciadas por João Goulart, cujos planos incipientes para o ensino superior não tiveram oportunidade de se concretizar.

Entre os adversários das esquerdas, sobretudo nos grupos influenciados por argumentos liberais, circulavam também teses reformistas. Entretanto, ao contrário da perspectiva socialista e revolucionária, eles queriam mudar o ensino superior para torná-lo mais eficiente e produtivo, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento econômico e de modernização da máquina pública. Conferia-se ênfase ao ensino técnico, em detrimento da tradição humanista, e privilegiava-se o desenvolvimento tecnológico, em prejuízo da pesquisa voltada para a ciência pura. Para essa vertente, as universidades não precisavam ser públicas e tampouco gratuitas. Ao contrário, questionava-se o estatuto da gratuidade do ensino e defendia-se a cobrança de taxas dos estudantes que pudessem pagar.

Às vésperas de 1964, a modernização estava na ordem do dia, mas que rumo deveria tomar? Os debates sobre reformas no Brasil dos anos 1960 eram permeados pela circulação de conceitos das ciências sociais, sobretudo de desenvolvimento e modernização. Alguns dos modelos mais influentes vinham da

academia e das agências estatais norte-americanas, cujas teorias se pautavam pelos imperativos da Guerra Fria. Na acepção das teorias da modernização elaboradas por cientistas sociais americanos e encampadas pelo governo dos Estados Unidos, principalmente na gestão de Kennedy, a melhor maneira de vencer o desafio revolucionário era modernizar os países “atrasados”, considerados presas fáceis do inimigo comunista. E a educação era um dos setores prioritários da pauta modernizadora, por seus efeitos multiplicadores e por inculcar valores nos jovens. Na produção acadêmica americana dos anos 1950 e 1960, moderno, modernização e modernidade tornaram-se conceitos-chave, ao lado de desenvolvimento, com significados muitas vezes indistintos.¹

Para certos teóricos americanos de linha democrata, a modernização nos países pobres deveria ir além do progresso econômico e do desenvolvimento, implicando também mudanças políticas e culturais que trouxessem em seu bojo a democracia característica da verdadeira modernidade. Porém, tais versões “progressistas” também tinham como motivação produzir apelo mais sensível que a fria promessa de melhorar o desempenho econômico. Tratava-se de forjar uma mística, uma ideologia que competisse com os projetos revolucionários, principalmente o marxismo. Daí o papel central conferido pelas agências do governo americano – com destaque na Usaid, mas também em instituições privadas, como as fundações Ford e Rockefeller – à modernização das instituições educacionais brasileiras. Nesse setor foram investidos vultosos recursos, parcela significativa do dinheiro doado ou emprestado pela Usaid ao Brasil entre 1961 e 1974. Escolas e universidades eram o lócus de treinamento de mão de obra qualificada e de líderes, mas também espaço fundamental para o debate de ideias e a formação de opinião. Daí decorria o interesse em firmar os acordos MEC-Usaid que tanta celeuma iriam causar no Brasil.

Entretanto, entre os defensores das teorias da modernização surgiram vertentes pragmáticas, menos preocupadas com objetivos de grande alcance (como democracia e modernidade) e mais interessadas em conquistar aliados fiéis, aceitando o autoritarismo como opção política nas disputas com a esquerda revolucionária. Alguns intelectuais formuladores da política externa americana passaram a ver nos militares agentes talhados para modernizar as sociedades periféricas, ainda que à custa de retardar o advento da democracia.² Tal pragmatismo já estava presente nos anos de Kennedy, mas se tornou mais importante no período posterior, com a ascensão dos republicanos ao poder.

No Brasil, programas desenvolvimentistas/modernizadores provocavam (e provocam) entusiasmo, em primeiro lugar, pelas flagrantes carências do país e pelo sentimento de atraso e frustração em relação às potências dominantes. Basta

lembrar a euforia gerada nos anos do governo de Juscelino Kubitschek pela mística desenvolvimentista, condensada no lema “Cinquenta anos em cinco”. Nesse quadro, propostas prometendo desenvolvimento ou modernização atrairiam audiência cativa, salvo na esquerda, desconfiada das boas intenções do governo e das instituições privadas americanas. Apesar do sentimento antiamericano e da consigna anti-imperialista, elementos-chave nas culturas políticas de esquerda, os projetos caros a tais grupos também dialogavam com os conceitos de modernização/desenvolvimento, já que o socialismo implicava industrialização e avanço das forças produtivas. Não deixou de haver, aí também, imbricada nos conflitos ideológicos do período, uma guerra de conceitos na qual se opunham (e às vezes se combinavam) desenvolvimento, modernização, reforma e revolução, cujos sentidos eram disputados pelos diferentes atores políticos.

Assim, nos debates políticos e culturais dos anos 1960, era amplo o leque das opções para o futuro do Brasil. Com a vitória da coalizão golpista e a derrota política das esquerdas, acabou por vencer a vertente autoritária e liberal-conservadora do projeto modernizador, que paradoxalmente se apropriou de ideias sugeridas por líderes derrotados em 1964. Os militares tornaram-se agentes modernizadores, tal como previam alguns cientistas sociais e líderes políticos, mas nem sempre seguiram o script que lhes estava destinado, desbordando na direção de práticas repressivas mais drásticas do que desejavam os parceiros norte-americanos, e também ousando afastar-se dos Estados Unidos nos anos 1970.

Não é novidade usar o termo modernização conservadora ou autoritária para explicar o que aconteceu no Brasil após o golpe; desde 1966 alguns analistas têm adotado a expressão para definir a essência do regime militar.³ O conceito foi desenvolvido por Barrington Moore Jr., que, sob influência de ideias marxistas, produziu uma inflexão nas teorias da modernização norte-americanas, em perspectiva mais crítica e radical. Esse autor defendia o argumento de que os processos de modernização seguiriam trilhas diferentes em alguns países, nos quais as tendências modernizadoras poderiam se mesclar a forças conservadoras. Essencialmente, o modelo destacava a formação de alianças reunindo burguesia e proprietários rurais, que, tangidos pelo medo da revolução social, iniciariam processos de modernização conservadora conduzidos pelo Estado. O conceito é inspirador, nesse caso, pelo papel modernizador do Estado militar, que de fato representou aliança social e política heterogênea, baseada em mobilização contrarrevolucionária.⁴

Para fazer uso desse campo conceitual há que distinguir entre conservadorismo e autoritarismo nas políticas implantadas pelo regime militar. O impulso

conservador foi importante na montagem do Estado pós-64, expressando anseios de grupos que almejavam manter o statu quo e a ordem tradicional. No entanto, em vários momentos, as demandas conservadoras entraram em contradição com os propósitos modernizadores, às vezes levaram a pior, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente, não obstante certas ambiguidades e a influência moderadora da opinião liberal. Por isso, há motivos para oscilar na escolha da melhor adjetivação para o regime militar brasileiro: modernização conservadora ou autoritária? A resposta é que ele foi simultaneamente autoritário e conservador, e a melhor maneira de mostrar os impasses entre impulsos modernizantes e conservadores é analisar as situações em que os dois se fizeram presentes.

São recorrentes na história brasileira e fazem parte de sua cultura política as experiências de modernização conservadora e autoritária – processos de mudança contraditórios, em que o novo negocia com o velho, que mantêm em vigor e atualizam certos traços do passado, enquanto outros são transformados. Pode-se chamar isso de arte de fazer mudanças conservando, processo que teve momentos culminantes nas duas grandes ditaduras do século XX: o Estado Novo e o regime militar. Durante o Império, dizia-se que os conservadores implantavam as reformas propostas pelos liberais. Algo do gênero ocorreu no regime de 1964, pois os militares apropriaram-se de algumas ideias lançadas por progressistas e reformistas, mas as adaptaram e sobretudo as aplicaram de maneira autocrática e elitista. Na mesma linha, vale a pena destacar que as duas grandes reformas do ensino superior no Brasil, no século XX, foram promovidas por ditaduras: a reforma Francisco Campos, em 1931, e a reforma do regime militar. Diferencia as políticas educacionais dos dois experimentos autoritários o fato de que, no segundo, o expurgo foi mais grave, como se verá, embora professores também tenham sido demitidos e presos na fase dura do regime varguista.

Uma das hipóteses norteadoras deste trabalho é que o Estado autoritário implantado em 1964, embora incorporasse demandas para romper com o passado, sofreu a influência de tradições arraigadas e de elementos que podem ser considerados parte da cultura política brasileira. Há acepções e usos diferentes de “cultura política”, categoria analítica desenvolvida pelas ciências sociais nos anos 1960 que, mais recentemente, tem sido apropriada pela historiografia. Aqui, entende-se por cultura política um conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro.⁵ Não seria possível apresentar um

debate aprofundado de todos os aspectos que estruturariam a cultura política brasileira, tarefa que demandaria outro livro. Interessa apenas destacar que alguns traços culturais tradicionais se manifestaram nas políticas do regime militar – e esta percepção fornece inovadora chave interpretativa para compreender elementos paradoxais e por vezes contraditórios do Estado autoritário. O argumento principal é que certos aspectos tradicionais do comportamento político (principalmente dos grupos dirigentes brasileiros) se reproduziram durante o regime militar, em especial a tendência à conciliação e à acomodação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, e o personalismo, entendido como prática arraigada de privilegiar laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais.⁶

O ponto central da hipótese é que a influência de tais características da cultura política brasileira ajuda a explicar o caráter modernizador-autoritário do Estado durante o regime militar, inclusive em sua manifestação específica nas universidades. Além disso, o influxo cultural pode ajudar a compreender também – e se trata de hipótese explicativa ainda não explorada em outros trabalhos – o modo peculiar como se deram as relações do aparato repressivo com os meios acadêmicos e intelectuais. Para além das ações repressivas, que não podem ser minimizadas, tais relações foram permeadas por jogos de acomodação que não se enquadram na tipologia binária resistência versus colaboração.

Ressalva importante: não se subscrevem aqui interpretações etnocêntricas que podem ser feitas partindo-se da matriz culturalista e tampouco se aceita uma suposta inferioridade brasileira diante de modelos europeus. Também não se trata de postular uma espécie de excepcionalidade brasileira, já que alguns dos elementos apontados podem se manifestar também em outras realidades sociais. Além disso, devem ser evitadas interpretações deterministas e generalizações abusivas, como se o comportamento de todos os agentes sociais fosse idêntico e não houvesse escolhas. No entanto, permanece o fato de que a comparação com experiências semelhantes revela peculiaridades do regime militar brasileiro que demandam explicação. O argumento defendido aqui é que traços culturais marcantes fazem parte da resposta.⁷

O tema da tradição conciliatória mereceu a atenção de autores influentes no pensamento social brasileiro, como Gilberto Freyre, José Honório Rodrigues e Roberto DaMatta, bem como de brasilianistas argutos, como Philippe Schmitter. Tais análises convergem para a interpretação de que a cultura brasileira tem como marcas centrais a flexibilidade, a recusa a definições rígidas e a negação dos conflitos, que são evitados ou escamoteados por meio de ações gradativas, moderadoras, conciliatórias e integradoras. Ressalte-se: a recusa

de reconhecer e agudizar os conflitos, a tentativa de negá-los ou contorná-los, serve à manutenção da ordem desigual e elitista, pois as estratégias conciliadoras ajudam a escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua solução.

Também foram inspiradoras para este trabalho as análises que enfatizam o traço de cordialidade da cultura brasileira, caracterizada pela negação das distâncias sociais e das normas, em contraste com a valorização dos laços pessoais e familiares.⁸ Nos termos de Roberto DaMatta, a prevalência da casa (a família, os amigos) sobre a rua (as leis, as normas, o Estado), que, como se verá neste estudo, inspirou muitos agentes sociais a lançar mão de contatos familiares e pessoais para contornar as medidas repressivas. Por outro lado, a flexibilidade para acomodar divergências tornou possível a cooptação de intelectuais e técnicos provenientes do campo ideológico adversário, prática característica da tradição brasileira e presente também no regime militar.

A força da tradição conciliatória no Brasil talvez seja uma razão para o comtismo ter encontrado tantos adeptos no país. A divisa “ordem e progresso” é síntese perfeita do espírito conciliador que entre nós se materializou em arranjos políticos de perfil modernizante-conservador. Encontra-se a manifestação de tendências conciliatórias em vários momentos e episódios de nossa história, entre eles: o processo da Independência, liderado pelo príncipe herdeiro do trono português e que evitou rupturas bruscas; o modo como foi implantada a República em 1889, no qual as lideranças políticas do velho e do novo sistema acomodaram-se, com poucos choques;⁹ o Estado Novo e a estratégia getulista de integração de tendências heterogêneas, que fez escola; os resultados da crise de 1964, que, ao contrário da esperada guerra civil, gerou “guerra de saliva”; a transição pós-autoritária, em que a anistia significou realmente esquecimento e perdão, com inúmeros ex-apoiadores do regime militar mantidos no poder; a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, viabilizada por aliança reunindo forças de esquerda e de direita.

Assim, é forte entre nós o recurso à conciliação, à busca de soluções de compromisso que evitem o caminho de rupturas radicais. Procura-se acomodar os interesses de grupos em disputa, em um jogo de mútuas concessões, para evitar conflito agudo, sobretudo quando os contendores principais pertencem às elites sociais. Entretanto, nem todos os agentes políticos fazem uso de tais estratégias, e os que o fazem não são movidos por lógica férrea ou qualquer forma de determinismo, pois, em alguns contextos, os apelos à conciliação não são bem-recebidos. A conciliação e a acomodação fazem parte do repertório de estratégias à disposição dos que disputam os jogos de poder no Brasil – ou

seja, elas integram a cultura política do país –, e, como há larga tradição e vários exemplos bem-sucedidos, muitos líderes são incentivados a escolher tal caminho, na esperança de construir projetos políticos estáveis.

A percepção da influência desses traços arraigados na cultura permite compreender os paradoxos e as contradições das políticas dos governos militares, que, de outro modo, poderiam parecer caóticas e irracionais. O Estado construído após o golpe de 1964 representou tentativa de conciliar demandas opostas, já que o caráter heterogêneo de sua base de apoio gerou pressões em direções contrárias. Em lugar de fazer escolha clara e irrestrita por alguma das opções – como, por exemplo, fez a ditadura chilena em favor de programa econômico liberal –, os dirigentes brasileiros preferiram atender a projetos diferentes e estabelecer compromissos.

Observando o quadro geral, pode-se dizer que o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal. Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda – por vezes, qualquer tipo de vanguarda – nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã.

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar a desejada modernização, sobretudo durante o período inicial do regime militar (1964-68), enfatizou-se a adoção de modelos universitários vindos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos. No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASIs para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon.

Quando assumiram o poder, após a vitória inesperadamente fácil do golpe, os militares e seus aliados civis encontraram situação conturbada nos meios universitários. No início dos anos 1960, o movimento estudantil havia se tornado aguerrido e bem-estruturado, sob o comando de líderes da esquerda

católica e de comunistas. No clima de radicalização anterior ao golpe, as universidades se tornaram centros importantes da mobilização esquerdista, com a realização de seminários, eventos culturais e políticos, manifestações as mais diversas; e os estudantes se tornaram forte grupo de pressão no cenário público. Para além do fato de as universidades reunirem inimigos do novo regime, “credenciando-se”, portanto, como alvos privilegiados das primeiras operações de expurgo, elas ocupavam lugar estratégico na formação das elites intelectuais e políticas do país, e, secundariamente, dos dirigentes econômicos. Assim, eram indispensáveis ao projeto modernizador acalentado por setores da coalizão dominante, com duas funções básicas. Primeiro, continuar cumprindo, agora em escala ampliada, o papel de formar profissionais necessários às atividades econômicas. Em segundo lugar vinha o potencial para desenvolver novas tecnologias, algo ainda incipiente na realidade brasileira de meados dos anos 1960, e que não era considerado prioritário por todos os envolvidos, pois a importação de tecnologia era regra nas grandes empresas.

Porém, o impulso modernizador do novo regime era contrabalançado por forças retrógradas que o apoiavam, amedrontadas com os riscos à manutenção da ordem e aos valores tradicionais. Esses setores, geralmente representados por religiosos, intelectuais conservadores e militares, não se contentavam tão somente com o expurgo da esquerda revolucionária e da corrupção. Eles desejavam aproveitar o momento para impor uma agenda conservadora mais ampla, que contemplasse a luta contra comportamentos morais desviantes, a imposição de censura e a adoção de medidas para fortalecer os valores caros à tradição, sobretudo pátria e religião.

As universidades representam espaço privilegiado para observar os entrecruques das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar. Sob o influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e que circulassem. Como explicar o paradoxo de uma ditadura anticomunista que permitiu a contratação de professores marxistas e manteve comunistas em seus cargos públicos, enquanto outros eram barrados e demitidos? Como

foi possível, no mesmo contexto, o marxismo ter ampliado sua influência e circulação nas universidades?

Outros elementos tradicionais da política brasileira também se fizeram presentes nesse período: o Estado autoritário lançou mão de estratégias de cooptação, e vários agentes demonstraram flexibilidade em relação a normas e valores dominantes, com tendência a tangenciar os preceitos legais e confiar mais na autoridade pessoal, nos laços sociais e em arranjos informais. Essas práticas permitiram ao Estado contar com o talento de profissionais provenientes de campo ideológico adversário, mas também propiciaram o amortecimento da repressão, com base na mobilização de fidelidades pessoais e compromissos informais. Claro, nem todos os servidores do regime estavam predispostos à moderação, e nem sempre ela funcionou bem, pois, a depender do contexto, dirigentes universitários foram punidos por serem considerados tolerantes demais. Além disso, cumpre lembrar que muita violência ocorreu nos campi, sobretudo nos momentos de invasão policial, que tiveram lugar em 1968 e, com menor intensidade, em 1977, para não mencionar os membros da comunidade universitária presos, torturados e mortos. Ainda assim, nas universidades, muitas vezes as vozes moderadas prevaleceram, e os atos repressivos foram temperados com negociação e tentativas de cooptação.

Como se trata de análises polêmicas, com o risco de os argumentos serem mal interpretados ou manipulados nas disputas pela memória, vale a pena esclarecer a posição do autor. Não pretendo defender a ditadura e tampouco atenuar as violências cometidas naqueles anos, aliás sobejamente conhecidas. Muito ao contrário. Seria melhor para o Brasil que Goulart tivesse terminado seu mandato e que as eleições de 1965 tivessem se realizado. Além disso, o crescimento econômico alcançado pelo regime militar poderia ser atingido em quadro democrático, com menores custos sociais e políticos.

O propósito deste trabalho é construir análises e interpretações mais atentas ao impacto do regime militar na sociedade brasileira, procurando ir além do que já sabemos. A violência política foi uma constante durante o período, naturalmente com momentos mais agudos e fases menos violentas. Segundo dados oficiais, cerca de quinhentas pessoas foram mortas pelo Estado militar e milhares foram torturadas. A repressão, porém, foi temperada por jogos de acomodação e conciliação, cujo entendimento é indispensável para que se explique de forma adequada o processo, no seu desenrolar e em sua conclusão peculiar.

No Brasil, a estratégia conciliatória tende a ser mais mobilizada quando os agentes em conflito pertencem às elites sociais. E é este precisamente o caso, pois nos meios universitários, em grande proporção, estavam pessoas

originárias das classes média e alta, que tinham possibilidade de mobilizar ligações sociais em seu benefício, não obstante houvesse muitos “pagãos” também, ou seja, pessoas sem laços sociais protetores. Esse jogo complexo, e às vezes ambíguo, nos sugere análise mais sutil do impacto do autoritarismo nas universidades, capaz de iluminar processos que não se encaixam no tradicional par repressão/resistência. Houve também arranjo entre repressão/acomodação, repressão/negociação e repressão/cooptação. Para substituir a simplista díade resistência versus colaboração, no Capítulo 7 desenvolve-se uma tipologia mais adequada para expressar as complexas relações entre o Estado autoritário e os meios acadêmicos e intelectuais: resistência, adesão e acomodação.

Não se deve pensar que essa dinâmica modernizante-conservadora se desenrolou de maneira linear. Houve momentos em que um dos elementos do par prevaleceu sobre o outro, em combinação complexa e difícil de deslindar. Processo histórico denso, entrecortado, abrupto, marcado por peculiaridades regionais, ele só pode ganhar inteligibilidade com o olhar distanciado no tempo e sensível aos conflitos, debates e indecisões que o permearam. Daí a opção por estrutura narrativa com formato descritivo-analítico, que alterna o foco nas duas dimensões principais, modernização e autoritarismo conservador, buscando com isso produzir explicação satisfatória para o processo.

Assim, no Capítulo 1, analisa-se a primeira onda repressiva, que os golpistas chamaram de “Operação Limpeza”, com ênfase em prisões, demissões, inquéritos e sindicâncias, bem como nas intervenções nas universidades. No Capítulo 2, o objeto é a faceta modernizadora que, nos primeiros anos do regime militar, oscilou entre liberalismo e estatismo, entre o modelo norte-americano e a busca de solução própria. Serão examinadas as primeiras medidas reformistas adotadas pelo regime militar e será analisada uma de suas iniciativas de maior duração, o Projeto Rondon. No Capítulo 3, a atenção se volta para um tema de grande repercussão pública no período e que segue até hoje polêmico: a participação norte-americana no sistema universitário brasileiro, sobretudo por meio da Usaid e dos célebres acordos com o Ministério da Educação. O objetivo é mostrar a influência dos americanos no contexto, mas também questionar representações exageradas sobre o papel das forças externas, que acabam por colocar na sombra outros agentes e interesses. No Capítulo 4 retorna o tema da repressão política, com análise dos efeitos do Ato Institucional n.5 (AI-5) nas universidades, que sofreram uma segunda onda de expurgos em 1969. Nessa parte são abordadas as aposentadorias compulsórias de professores, com dados mais completos sobre o quadro nacional, e analisados os efeitos do Decreto n.477 sobre os estudantes. No último segmento desse capítulo examina-se uma

iniciativa do Estado para formar os valores dos jovens e afastá-los de ideias radicais: a criação da disciplina de educação moral e cívica.

No Capítulo 5, o foco permanece no ciclo repressivo pós-68 e analisa-se o trabalho das agências de informação nos campi, principalmente as ASIs. Explica-se como funcionavam os mecanismos de controle ideológico, em especial a triagem para contratação de professores e de pessoal para outras atividades acadêmicas. No Capítulo 6, a atenção volta ao polo das mudanças implantadas pela ditadura no ensino superior. São estudados com mais detalhes a reforma universitária e seus resultados, em particular a expansão das universidades, a criação do sistema de pós-graduação, o novo vestibular e a reestruturação da carreira docente, terminando com um balanço dos sucessos e limites dessas iniciativas.

O Capítulo 7 representa uma inflexão na estrutura narrativa, pois nele se confere maior ênfase à dimensão analítica aqui desenvolvida. São retomadas e aprofundadas as reflexões teóricas sobre o tema da cultura política, com o objetivo de interpretar e explicar a essência paradoxal das políticas adotadas pela ditadura. São enfocadas também as complexas relações entre o Estado autoritário e a elite acadêmica, permeadas por resistência, acomodação e adesão. O Capítulo 8 aborda a dinâmica da distensão e da abertura política conduzida pelos militares que culminou no fim da ditadura. O propósito é mostrar como se deu o lento recuo do regime militar nas universidades, processo marcado por lutas e conflitos, mas também por negociações que deram um tom peculiar ao Estado pós-autoritário.

Antes de seguir adiante, cabem ainda algumas observações de caráter introdutório. Primeiro, importa esclarecer que certos temas correlatos à história das universidades são aqui apenas tangenciados, sem maior aprofundamento. Assim, não será abordada a história do movimento estudantil nem a questão das políticas educacionais voltadas para os ensinos médio e fundamental; tampouco se fará um estudo minucioso das políticas científicas. Tais temas serão mencionados apenas quando fundamentais para iluminar aspectos da política universitária dos militares. O foco são as universidades públicas, sobretudo as federais, mas a situação de algumas instituições estaduais também será tratada. Este estudo tem o objetivo de realizar uma síntese, com o intuito de estabelecer quadro compreensivo/analítico mais amplo. Em função da abordagem escolhida, seria impossível entrar em detalhes e tratar de todas as peculiaridades regionais e locais. A ideia é fornecer um modelo de análise a ser aplicado a estudos verticais de casos singulares.

Um último e breve comentário sobre as fontes e os acervos utilizados. Ao longo de seis anos de intenso trabalho foram consultados muitos arquivos e

instituições de memória (a lista completa encontra-se na seção de “Referências bibliográficas”), de modo que este comentário se restringe aos principais acervos. O trabalho começou a ser concebido em 2003-2004, mas as pesquisas se iniciaram em 2005, com incursões nos acervos legados pelas extintas ASIs da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB). Nessa primeira etapa, também foram pesquisados arquivos de alguns Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) estaduais que, pelo mecanismo de troca de informações entre os órgãos de repressão, guardaram alguns documentos provenientes das universidades (felizmente, aliás, já que a maioria das universidades não preservou esses acervos). Entre agosto de 2006 e julho de 2007, graças a uma bolsa de pós-doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foram pesquisados arquivos norte-americanos em busca de documentos diplomáticos e da Usaid, o que resultou em coleta de volumoso material (7 mil páginas), na sua maior parte ainda não utilizado por outros pesquisadores. Outra fonte importante foi o acervo do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), recentemente aberto à consulta pública no Arquivo Nacional (AN). Nesses arquivos, foram localizadas cerca de 2 mil peças documentais (algumas com dezenas de páginas) sobre as universidades, contendo material inédito e rico em informações.

Para não ficar restrito a fontes oficiais e ao registro frio do papel (ou da imagem digital), foram realizadas cerca de cinquenta entrevistas com pessoas que eram estudantes e/ou professores nos anos 1960 e 1970, em diferentes cidades e instituições. Além das entrevistas realizadas exclusivamente para este trabalho, foram consultados também alguns depoimentos colhidos por colegas de outras instituições. Os testemunhos orais oferecem a perspectiva de quem viveu o processo, agregando ricos detalhes e informações que ora confirmam, ora contradizem os registros oficiais. As entrevistas foram fundamentais, mormente para a construção da análise sobre as estratégias de acomodação desenvolvida no Capítulo 7. Referências inestimáveis, portanto, que, não obstante, foram utilizadas com o devido cuidado crítico, como de resto deve-se proceder com qualquer fonte utilizada pelo historiador.

Alguns órgãos da imprensa foram pesquisados, principalmente a revista *Veja*, nas edições publicadas entre 1968 e 1981, e também números esparsos de alguns jornais: *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Não menos importante, foi consultada ampla bibliografia dedicada ao tema e ao período, além de leis e decretos oficiais do regime militar.

Em resumo, o propósito aqui é contribuir para uma melhor compreensão do impacto do regime militar, cuja presença ainda se faz marcante nas batalhas da memória, nas injustiças que aguardam reparação e no legado contraditório da modernização repressiva e elitista. Esclarecer a maneira como o projeto modernizante-autoritário incidiu sobre as universidades pode ser útil para a compreensão do quadro geral e para abrir caminho a novas pesquisas. O momento é propício para estudar aquele doloroso momento com o distanciamento crítico possível, evitando, ao mesmo tempo, a sedução das paixões que o tema desperta e a busca ingênua de neutralidade.

A intenção é mostrar o desenrolar ambíguo e por vezes contraditório do regime militar, cuja expressão máxima foi a modernização conservadora. A ambiguidade e a flexibilidade, que abrem caminho para a acomodação e a conciliação, são aspectos-chave da cultura política brasileira, encontráveis à direita e à esquerda, tanto na sociedade quanto no Estado. O regime militar foi influenciado também por esse quadro cultural, e essa realidade contribuiu para amortecer a violência política em determinados momentos, envolvendo certos agentes sociais em jogos de acomodação com o Estado autoritário. É importante destacar que a ambiguidade e a flexibilidade se manifestaram nos dois “lados”, tanto da parte dos líderes intelectuais quanto dos agentes estatais, em jogo de mão dupla, implicando benefícios mútuos também.

Analisar esse processo levando em conta sua complexidade e seu caráter paradoxal é indispensável para a adequada compreensão do significado do regime militar, fugindo-se de imagens simplistas e, exatamente por isso, confortadoras. Mais ainda: é esforço significativo para a superação do legado autoritário e, quem sabe, da faceta negativa da tradição conciliatória nacional.